Proc. TC-014.669/2016-1
Tomada de Contas Especial

PARECER

Trata-se de tomada de contas especial (TCE) instaurada pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/MTE), em razão da não comprovação da boa e regular execução do Convênio 155/2004-Sert/Sine, celebrado entre a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert/SP) e a Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade do Estado de São Paulo (Fethesp) com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), repassados ao Estado de São Paulo por meio do Convênio MTE/SPPE/Codefat 48/2004-Sert/SP.

O valor a ser repassado pela Sert/SP seria de R\$ 149.574,00, ao passo que a contrapartida foi orçada em R\$ 29.914,80. A Sert/SP faria as transferências em três parcelas, nos valores de R\$ 29.914,80, R\$ 82.265,70 e R\$ 37.393,50. Foi pactuado que a vigência do convênio se encerraria em 28/2/2005. A primeira parcela foi transferida em 9/2/2005 por meio do cheque 850106 do Banco do Brasil. As duas parcelas restantes, no valor total de R\$ 119.659,20, foram transferidas em 11/3/2005 mediante o cheque 850189, também do Banco do Brasil.

No mérito, após realizar a análise da boa-fé, em consonância com o art. 12, § 2º, da Lei 8.443/1992 c/c art. 202, § 2º a § 4º, do RI/TCU, a Unidade Técnica (UT) propôs o julgamento pela irregularidade das contas dos responsáveis pessoas físicas, solidariamente com Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade do Estado de São Paulo (Fethesp). Não houve apresentação de alegações de defesa por parte da Fethesp e do Sr. Rogério José Gomes Cardoso responsável, assim, os responsáveis foram considerados revéis, nos termos do art. 12, §3º, da Lei 8.443/1992.

A respeito do exame da boa-fé na resposta à citação, no âmbito do Tribunal de Contas da União, é a demonstração da boa-fé objetiva – conduta esperada de um gestor médio, diligente – que permite a fixação de novo e improrrogável prazo para o recolhimento da importância devida, acrescida de atualização monetária e sem a incidência de juros de mora (art. 202, RI/TCU). A responsabilidade dos jurisdicionados perante o TCU é de natureza subjetiva, caracterizada mediante a presença de simples culpa *stricto sensu*, sendo desnecessária a caracterização de conduta dolosa ou má-fé do gestor para que este seja responsabilizado. Desse modo, é suficiente a quantificação do dano, a identificação da conduta do responsável que caracterize sua culpa, seja por imprudência, imperícia ou negligência, e a demonstração do nexo de causalidade entre a conduta culposa (*stricto sensu*) e a irregularidade que ocasionou o dano ao erário. Assim, a boa-fé não pode ser presumida ou acatada a partir de mera alegação, devendo ser demonstrada e comprovada a partir dos elementos que integram os autos, corroborada em contexto fático propício ao reconhecimento dessa condição em favor dos responsáveis. (Acórdãos 8.780/2017-TCU-1ª Câmara, 4.667/2017-1ª Câmara e 635/2017-Plenário, etc.).

Após exame dos autos, é possível afirmar que, a despeito de haver documentos relativos a algumas despesas, haja vista a identificação de diversas irregularidades graves na documentação, tais como contradições de datas, alterações no objeto e saques em espécies sem identificação dos credores, tem-se que as informações constantes nos autos não têm o condão de comprovar a execução física e financeira do Convênio 155/2004-Sert/Sine, notadamente pela ruptura do nexo causal dos recursos.

De acordo com a jurisprudência pacífica acerca do assunto, a comprovação da boa e regular aplicação de recursos públicos transferidos mediante convênio e outros instrumentos congêneres evidencia-se mediante a execução física e a execução financeira da avença, acompanhada do nexo de causalidade entre uma e outra. Para comprovar a boa e regular aplicação de recursos públicos transferidos por força de convênios celebrados com a União, não basta a simples apresentação da prestação de contas do ajuste. É imprescindível que o responsável evidencie, por meio de documentos idôneos, que o objeto do convênio foi efetivamente executado com os valores recebidos. Tal evidenciação só se dá mediante inequívoca comprovação da existência de nexo de causalidade entre a fonte de receita e os gastos para

consecução do objeto do ajuste. Portanto, é imperioso que, com os documentos apresentados com vistas a comprovar o bom emprego dos valores públicos, seja possível constatar que eles foram efetivamente utilizados no objeto pactuado, de acordo com os normativos legais e regulamentares vigentes. (Acórdãos 6.098/2017-TCU-1ª Câmara, 3.223/2017-TCU-2ª Câmara, 1.276/2015-TCU-Plenário e outros).

Considerando ainda o transcurso de mais de 10 anos entre o termo a quo da contagem do prazo prescricional (meados de 2005) e o ato que ordenou as citações dos responsáveis pelo débito (15/12/2016, peças 17-20), defendeu-se a tese pela ocorrência, no caso concreto, da prescrição da pretensão punitiva, dispensando assim proposta de aplicação da multa proporcional ao débito, do art. 57, da Lei 8.443/1992.

Há jurisprudência pacífica acerca do assunto. Quando o fato irregular, motivador da sanção, for o não alcance dos objetivos do convênio, o prazo para a prescrição da pretensão punitiva do TCU começa a fluir a partir do fim do prazo para prestação de contas, momento em que se conclui a última etapa do ajuste e o Estado deve começar a agir para defender seus interesses. Nesse diapasão, todas as multas aplicadas pelo TCU possuem natureza sancionatória e, dessa maneira, estão sujeitas à prescrição da pretensão punitiva, inclusive a multa proporcional ao débito (art. 57 da Lei 8.443/1992). (Acórdãos 5.130/2017-TCU-1ª Câmara, 8.801/2016-TCU-2ª Câmara, 6.201/2016-TCU-1ª Câmara, 4.790/2016-TCU-1ª Câmara, etc.).

Feitas essas considerações, manifesto-me de acordo com a proposta de mérito da Unidade Técnica. Porém, considerando que houve rejeição de alegações de defesa, bem como responsáveis considerados revéis, recomendo acrescentar as seguintes propostas “*rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelos responsáveis Carmelo Zitto Neto (CPF 620.467.488-91) e Francisco Prado de Oliveira Ribeiro (CPF 017.692.008-00);*” e “*considerar revéis, para todos os efeitos, os responsáveis Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade do Estado de São Paulo (CNPJ 62.197.975/0001-09) e Sr. Rogério José Gomes Cardoso (CPF 151.116.678-90), dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, §3º, da Lei 8.443/1992;*”.

Ministério Público, em 15 de dezembro de 2017.

(Assinado eletronicamente)

Marinus Eduardo De Vries Marsico
Procurador